



# AS CIÊNCIAS HUMANAS, A ANÁLISE DO DISCURSO E O MOMENTO ATUAL: DISCURSOS SOBRE CIÊNCIA ABERTA, POLÍTICAS PÚBLICAS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS<sup>1</sup>

## HUMAN SCIENCES, DISCOURSE ANALYSIS AND THE CURRENT MOMENT: DISCOURSES ON OPEN SCIENCE, PUBLIC POLICIES AND SCIENTIFIC JOURNALS

Bethania MARIANI<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo parte de uma discussão sobre as propostas iniciais de Michel Pêcheux, formuladas em 1968 e 1969, sobre a informatização da ciência, sobretudo da psicologia social, como possível método de leitura menos conteudístico, para uma reflexão sobre a situação das ciências humanas na atualidade diante dos desafios impostos pelas novas tecnologias e pela adesão ao modo de funcionamento da ciência aberta.

### PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso; ciência aberta; ideologia.

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste texto, com o título “Discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos: As ciências humanas em questão”, foi originalmente apresentada no I congresso Internacional sobre Ciência Aberta (I INTERAB), organizado pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) em março de 2021.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense. E-mail: bmariani@id.uff.br



## ABSTRACT

This article stems from a discussion on Michel Pêcheux's initial proposals, formulated in 1968 and 1969, about the computerization of science. The focus is on social psychology, as a less content-oriented method of reading moving to a reflection on the current situation of the human sciences, which have to face the challenges imposed by new technologies and adherence to the way open science works.

## KEYWORDS

Discourse Analysis; open science; ideology.

## 1. PÊCHEUX E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM 1969

Como Pêcheux iria se posicionar diante das profundas modificações pelas quais as condições e os modos da produção de conhecimento vêm passando em função das novas tecnologias? Qual seria sua reflexão sobre a posição das Ciências Humanas e da Análise do Discurso frente aos problemas e desafios da chamada democratização da ciência, que desemboca na ciência aberta?

Que gesto analítico e político ele iria traçar sobre a mercantilização da produção do conhecimento e sobre a onipresença do inglês como língua da ciência? As questões elencadas funcionam como momento inicial de uma reflexão, que tem em sua base teórica a Análise do Discurso materialista, sobre a produção científica atual tendo em vista os discursos sobre ciência aberta, políticas públicas e periódicos científicos.

Em *La Pensée*, 1969, Pêcheux escreve sobre “As ciências humanas e o ‘momento atual’”. O ano de publicação deste artigo de Pêcheux é particularmente fecundo, pois remete para uma reflexão realizada no só-depois de maio de 68, ano da contestação estudantil francesa que dá o estopim para uma reestruturação universitária. 1969 é também o ano de publicação *Analyse*



*authomathique du discours*, livro no qual Pêcheux vai traçar uma crítica à linguística ao mesmo tempo em que formula as linhas iniciais do que virá a ser a Análise do Discurso.

Em *Analyse authomathique du discours*, ao defender o método de dedução frequencial para a análise de *corpora* homogêneos, Pêcheux demonstra seu apreço às tecnologias, que à época mostravam-se como uma via de matematização possível para sua proposta. Este método permitiria o desenvolvimento de instrumentos científicos adequados e capazes de dar um tratamento à informação. Porém, aos poucos, Pêcheux vai seguindo outras direções de trabalho, pois sua paixão pelas máquinas (FERREIRA, SEAD/2015; ZANELLA, 2016) seguia junto com a paixão pela busca de um método para as ciências humanas e sociais que não fosse nem a análise de conteúdo com seus dados estatísticos nem as análises empíricas ou com base em pressupostos lógico-formais.

Para Pêcheux, as ciências humanas e sociais, mesmo formando um quadro heterogêneo em termos de objetos e metodologias, encontravam-se submetidas ao modo capitalista de produção e de valorização de uma condição de objetividade na ciência. Neste quadro, a linguística, afirmava Pêcheux em nota de rodapé no artigo de *La Pensée*, “oscila da ciência da língua, como fato social à teoria do comportamento do sujeito falante, o que lhe confere outra posição particular, em certas circunstâncias considerada como um privilégio epistemológico.” (PÊCHEUX, 2011 [1969], p.171). Mas quem seria este “sujeito falante”?

Pêcheux discute a questão do capitalismo como modo de produção econômico que forma uma sociedade de consumo no campo da produção científica. Uma produção palatável que vai absorvendo e sendo absorvida



pelos processos de adaptação do homem à ciência, por um lado, e pelas tentativas de humanizar a ciência, por outro lado. Nesta medida, sendo domesticadas para a sociedade de consumo, as ciências humanas perdiam seu caráter crítico, ou melhor, despolitizavam-se, viravam receita metodológica que, uma vez aplicada aos objetos de análise, acabavam por reduzi-los com ordenações, regulações e formalizações.

Como bem exemplifica Pêcheux (2011 [1969], p.190), mesmo no caso do materialismo histórico, os deslizamentos nos modos de dizer o conhecimento científico ↓ “as relações de produção tornam-se as relações inter-humanas, as transformações na instância ideológica tornam-se a desordem das estruturas mentais” ↓ eram aspectos da submissão às condições de produção capitalista. A fim de sair de tal impasse, uma mudança de base que considerasse vários pontos teóricos articulados a partir do materialismo histórico era fundamental. Podemos ler, presente de modo disperso nos dois textos que mencionamos (PÊCHEUX, 1968 e 1969), uma tomada de posição que é crítica noção de indivíduo, tal como constava na psicologia social, na linguística etc., e propositiva na defesa da noção do sujeito histórico, tal como está na proposta do materialismo histórico.

Da mesma forma, não mais a linguagem entendida como transparente, como queriam a teoria da comunicação e a hermenêutica, nem a palavra sendo quantificada, como queria a análise de conteúdo em suas análises sobre os indicadores de frequência do aparecimento de temas (ROBIN, 1978), mas sim a palavra política como produção de sentidos constituídos na história e, por isso mesmo, tomados em seu vigor contraditório.

Para Pêcheux, o materialismo histórico como ciência das formações sociais e suas transformações têm um papel relevante não apenas na luta



contra o empirismo e o positivismo, não apenas na escolha do método de trabalho, mas também no que se refere a compartimentalização/atomização de seus quadros disciplinares. Cabe ao quadro conceitual do materialismo histórico a possibilidade de intervenção efetiva no processo de produção do conhecimento.

Se em 1969 Pêcheux propõe as bases da Análise do Discurso, indo além em seu processo de releituras da própria teorização, em texto com Fuchs (1975), Pêcheux atualiza os propósitos da teoria propondo a tríplice aliança: o materialismo histórico, a linguística e uma teoria semântica do discurso, sendo estas três regiões do conhecimento científico atravessadas por uma teoria do sujeito de base psicanalítica. Também em 1975, na obra *Les vérités de la Palice*, Pêcheux sinaliza que a Análise do Discurso não deve ser considerada como um caminho a mais entre o formalismo, o sociologismo e as teorias das interações. Ao contrário, ele nos diz que a Análise do Discurso se coloca como campo de produção do conhecimento e de dispositivo de análise dos processos de produção dos sentidos a ser situado no entremeio das relações contraditórias que constituem os estudos da linguagem, do sujeito e da história.

Tendo em vista a inscrição no quadro teórico metodológico da análise do Discurso materialista em articulação com o campo da História das Ideias Linguísticas, o texto a seguir tem como temática a produção/circulação do conhecimento, as novas tecnologias e a situação das línguas hegemônicas e não hegemônicas como produtos no mercado das ciências. O objetivo geral é a discussão das condições de emergência das novas tecnologias e sua relação com a construção de políticas nacionais e internacionais que visam regular a produção e a circulação do conhecimento. Objetivos mais específicos, e de



médio prazo, visam a compreensão das políticas linguísticas que, explícita ou implicitamente, elegem uma ou certas línguas como línguas da ciência<sup>3</sup>.

## 2. A ANÁLISE DO DISCURSO COMO DISPOSITIVO PARA LER AS ATUAIS DEMANDAS DE CIENTIFICIDADE

A expressão *ciência aberta*, traduzida da expressão inglesa *open science*, vem sendo significada por pesquisadores de diferentes campos científicos, em oposição à *ciência fechada*. Esta oposição dicotômica, geralmente associada a um antes e a um depois do advento da internet nos anos 1980 do século XX, é textualizada em uma série de publicações que tematizam a história da produção de conhecimento, sua relação com a história das modificações tecnológicas e econômicas, e, sobretudo, seu vínculo com a extrema modificação que a circulação do conhecimento vem atravessando após a criação de ferramentas e dispositivos que propiciam e estão na base do chamado mundo do *world wild web*.

Um sentido usualmente difundido para *ciência aberta* é o que estabelece uma correspondência com uma proposta de abertura livre para a produção e circulação de ciência. A práxis da *ciência aberta* está, portanto, relacionada ao chamado acesso aberto, ou *open access*, outra expressão inglesa com significação ampla e fluida. O *open access* é um movimento de apoio ao acesso livre, gratuito e de forma irrestrita a tudo que é produzido e colocado no meio digital.

---

<sup>3</sup> Este artigo integra meu atual projeto CNPq, como bolsista de produtividade científica (2022-2026), cujo título é *Políticas de regulação da produção e da circulação do conhecimento: o movimento das línguas, das tecnologias e das formas de silenciamento*.



Em síntese, a ciência aberta corresponde à realização de uma abertura no compartilhamento das pesquisas já realizadas, ou em processamento, em todas as suas instâncias, ou seja, das etapas de formulação do projeto individual ou proposto em equipes trabalhando coletivamente em laboratórios aos seus resultados, passando pela abertura do processo de coleta ao armazenamento dos *corpora*, dos métodos, das técnicas, das análises e de seus resultados. Em outras palavras, todas as etapas que envolvem a construção do conhecimento passam disponibilizadas no meio digital com livre acesso.

O conjunto de discussões realizadas até o momento não é sem controvérsias e, sobretudo, inclui fortemente uma discussão da qual não se pode escapar na atualidade em que imperam os ditames do mercado de trabalho e de distribuição da riqueza. Desta forma, discutir ciência na atualidade é também incluir a discussão sobre mercado de ciências e luta por prestígio. Nestas condições de produção, é necessário compreender a produção de conhecimento como um bem público.

O questionamento, feito em 2004, ecoa na reflexão aqui apresentada. A autora pergunta: “O que está acontecendo com a ciência relativamente à prática das novas tecnologias?” (ORLANDI, 2004, p 13). A esta pergunta, inclui uma outra, central para este projeto: O que está acontecendo internacionalmente com línguas como o português brasileiro, o espanhol e outras línguas, consideradas menos relevantes para a produção e circulação do conhecimento, tendo em vista que as novas tecnologias estão produzindo um mercado da ciência, configurado em um número restrito de línguas hegemônicas, como o inglês?

Se, por tecnologia, entende-se o estudo de técnicas e invenções, como a escrita e a tipografia – duas tecnologias fundamentais para a produção e



circulação do saber –, por novas tecnologias circunscrevo, para fins deste projeto, aquelas que estão na base da internet e que contribuem para constituir a chamada sociedade midiaticizada em que vivemos. O veloz acesso a notícias locais, nacionais e mundiais e o não menos rápido acesso ao conhecimento científico divulgado pelas mídias, em blogs e *lives*, produzem como efeito no imaginário social a ilusão de uma sociedade democraticamente informada com uma simulação de igualdade de acessos ao que circula na rede mundial de computadores.

Este é um processo histórico que está na base da ideologia da mundialização (ou globalização), uma ideologia que promove divisões e exclusões simulando uma democratização. Como bem afirmou Orlandi (2020), em entrevista recente, numa sociedade capitalista, a divisão “é forma de existência” e, junto com os processos e as políticas que dividem, as formas de poder funcionam desqualificando as diferenças.

A produção científica no meio acadêmico não é indiferente a tal modo de funcionamento regido pela política da velocidade e pelo excesso. Livros, periódicos *online*, redes sociais científicas (como sites e blogs dos próprios pesquisadores), dentre outros instrumentos tecnológicos de linguagem produzidos a partir do advento da internet, são possibilidades que as novas tecnologias oferecem para colocar em circulação processos, *corpora*, resultados de pesquisas e outras reflexões, ampliando as possibilidades anteriormente restritas a publicações em papel.

Esta discursividade, que significa como imediato e inevitável a presença inexorável das tecnologias no devir dos/nos modos de produção e circulação do conhecimento, tem sido propagada como desejável e consensual. A base da chamada ciência aberta significa justamente neste sítio de significações,





produzindo como vários efeitos de sentido: um apagamento da heterogeneidade dos modos de pesquisa entre as áreas de produção/circulação de ciência; um apagamento das possibilidades de trabalho entre instituições mais abonadas e as menos aquinhoadas com políticas de financiamento; e, igualmente preocupante, um silenciamento desta produção/circulação em línguas não hegemônicas.

Falar em novas tecnologias e em ciência aberta traz, portanto, várias implicações, uma delas é a que provoca consequências na publicação de artigos em periódicos e no privilégio concedido a certas línguas como línguas da ciência, em detrimento de outras, como vou brevemente explicitar mais abaixo. Vale mencionar que, no Brasil, no que diz respeito aos periódicos científicos, o acesso é aberto no sentido de nada ser cobrado nem dos autores nem dos leitores.

Nas discussões acadêmicas, dois modos de significar a abertura da ciência vem se contrapondo, sobretudo entre anglo-saxões e pesquisadores latino-americanos: a que significa tal abertura com “princípios que valorizam a aceleração, a eficiência e a reprodutibilidade”, e uma outra, que defende “participação, justiça social e democratização no acesso ao conhecimento” (OLIVEIRA *et al.*, 2021). Em nome desses dois modos de significar, políticas vêm sendo adotadas. Refiro-me, aqui, a políticas de gestão pública da produção científica e, também, políticas que fazem esta gestão e estão aderidas a regras de publicação em periódicos e/ou regras que determinam as possibilidades de indexação de periódicos em determinadas bibliotecas/plataformas digitais.

*A ciência aberta*, de acordo com o primeiro ponto de vista citado, permitiria uma maior inter-relação entre os cientistas, com a elaboração



inovadora de modos de trabalho de pesquisa. Cabe ressaltar que estes são princípios valorizados sobretudo entre as ciências biológicas e exatas, construindo um imaginário de eficiência e maior alcance na ‘comunicação’ científica. Tal prática, porém, em se tratando das publicações científicas, tem incrementado aspectos econômicos na circulação dos saberes, ou seja, há um movimento inflacionário de publicações, produzindo um mercado das ciências e das línguas, que desconsidera a qualidade da pesquisa, da autoria e dos leitores. (FARCHY e FROISSART, 2006).

Para um pesquisador de ciências exatas publicar em um periódico prestigiado, ele deve pagar quantias nada módicas à plataforma na qual o periódico está indexado (por exemplo, *Scopus*, *WoS* e outros). Muitas vezes é a própria universidade que paga o valor cobrado, mas esta não é uma prática consolidada. E, não menos importante, os leitores, por sua vez, também devem pagar para ter acesso ao texto. Logo, fica a questão: ciência aberta para quem?

Como foi dito de início, a discussão desse processo de mercantilização da ciência como pano de fundo, tendo em vista a situação das ciências humanas, especialmente a de estudos de linguagem, campos em geral pouco valorizados ou porque são pouco compreendidos pelas instâncias de poder ou porque são instâncias de produção de saberes que colocam em xeque justamente estas instâncias de poder. Daí a necessidade de se analisar determinados sentidos que vão se colocando academicamente como evidências inquestionáveis na discussão de comunidades científicas especializadas, e que vão se expandindo e engendrando consensos cristalizados em políticas regulatórias.

Vários questionamentos se abrem, e formulo pelo menos um: a rapidez na difusão universal da produção de saber não seria relativizada pelas maneiras



particulares, socialmente localizadas, de lidar com o conhecimento? Assim, antes de aderir, sem reflexão, à hipótese global de um funcionamento sem limites da *ciência aberta*, há que se incluir fortemente as especificidades históricas e languageiras dos modos de leitura de cada sociedade, e de cada área de produção do conhecimento. As desigualdades sociais nos modos de produzir ciência não deveriam ser pensadas? Países latino-americanos formam pesquisadores e tem condições semelhantes a países europeus, Canadá e América do Norte? As instâncias de poder destes países investem da mesma forma na produção científica?

Outro ponto relevante é não tomar como óbvio o modo como políticas de acesso e de circulação do conhecimento vão sendo gestadas e vão afetando os modos de produção científica. Por exemplo, a relevante discussão sobre ética na pesquisa e nas publicações vem sendo regulamentada e imposta de modo generalizado. Um periódico brasileiro que pretenda ser indexado no *Scielo*, deve seguir recomendações variadas (cf. SCIELO 2021, p. 19), como a adoção do *Guia Scielo de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação Científica*.

E, também, deve adotar os *Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas*, princípios propostos pelo *Committee on Publication Ethics*. E mais, deve igualmente seguir as práticas tanto preconizadas pelo *Directory of Open Access Journals* quanto pela *Open Access Scholarly Publishers Association*. Este breve exemplo mostra como que a discussão sobre a necessidade de ética na prática científica desliza para uma necessária adoção de critérios da associação de editores vinculados ao *open access*.

A articulação aqui proposta para fins de pesquisa e análise do jogo entre as tecnologias que produzem o *world wild web* e afetam os modos de



produção e circulação do conhecimento (ciência aberta, periódicos científicos, repositórios de dados de pesquisa, blogs e mídias sociais de cientistas) com as políticas públicas que vão sendo formuladas como forma de administrar e regulamentar justamente tal produção e circulação, deve ser pensada relativamente ao monolinguismo que, não é de hoje, impera na produção científica. Em outras palavras, a distribuição de *territórios intelectuais* e a atribuição de posições de prestígio na produção do conhecimento está vinculada à tradição greco-romana, às epistemologias constituídas pelo mundo europeu, branco, falante do francês, espanhol ou alemão, mas sobretudo de uma língua anglo-saxã.

Se o latim foi língua da ciência em séculos passados, a língua inglesa, atualmente, consolida sua expansão como língua da ciência, expansão que teve início há praticamente um século. Historicamente, conforme Hamel (2021) chama a atenção, a língua inglesa veio se instituindo, após a década de 30 do século XX, como única língua da ciência. Podemos perguntar: como a hegemonia virtual da língua inglesa na produção científica se relaciona com políticas de estado, inclusive fora do mundo anglófono? Como a língua inglesa foi se afirmando no cenário linguístico geopolítico mundial e foi produzindo uma fratura cada vez maior entre as ciências humanas e sociais, de um lado, e as ciências exatas e biomédicas, de outro?

Em Mariani (2004, 2017), trouxe elementos de análise sobre os princípios republicanos que regeram a ideologia da independência americana no século XVIII. Os chamados pais da pátria (*founding fathers*) americanos formularam como um dos sentidos para a língua inglesa, enquanto língua da nação independente, que esta seria a futura



língua da ciência, assim como o latim havia sido no passado. Projeção de uma memória do futuro?

Ao que parece, no mundo da avaliação da produção científica é o que acontece. Um pequeno exemplo sobre afirmações que se sustentam nos efeitos de evidência, nessa ideologia que confere predominância à língua inglesa. Recentemente fiz um curso para aprender, como editora, os caminhos de indexação de um periódico em uma importante plataforma digital. A pessoa responsável pelo curso, em dado momento, afirmou que o repositório vinculado à plataforma em questão aceitava revistas em 40 idiomas, mas os resumos deveriam sempre ser em inglês. E acrescentou, atribuindo sentidos à língua inglesa: “língua global e universal é o inglês.” E sobre os resumos, disse: “Os resumos precisam estar perfeitos em inglês científico.”

Assim, trazendo para a ribalta o movimento das línguas e a produção universitária publicada em periódicos científicos no Brasil, por exemplo, no que tange ao prestígio atribuído às áreas e às línguas, é possível observar como que as políticas de avaliação implicitamente contribuem na política linguística que privilegia a língua inglesa. Valoriza-se e privilegia-se a publicação com fins de internacionalização do saber produzido, desde que seja em língua inglesa. Editais de fomento aos periódicos preveem concessão de recursos para revistas que já estejam indexadas em determinadas plataformas (bibliotecas digitais e bancos de dados).

Tais plataformas, por sua vez, apresentam, dentre os critérios para aprovar a indexação, a necessidade um percentual mínimo de artigos escritos em língua inglesa. Para um periódico que pretenda a indexação, um excelente artigo em português publicado por algum excelente pesquisador é valorizado, sem dúvida, mas não atende ao critério do percentual mínimo em inglês que



é exigido. A aprovação de valorizada indexação de um periódico (de ciências agrárias) no Scopus, por exemplo, recebeu como parecer a seguinte ressalva, escrita em inglês: “Although the journal is largely in Portuguese and very poorly cited...”...<sup>4</sup> Este é outro pequeno exemplo para assinalar uma política que, ao dividir os sentidos sobre as línguas e a produção científica nelas feita, engendra em um só gesto de significação um silenciamento e a reprodução da evidência do pré-construído sobre qual seria a língua da ciência.

Tais inquietações estão na base do questionamento visado neste artigo, ou seja, discutir ciência nos dias de hoje é considerar a presença de discursos que valorizam um mercado *online* no qual os produtos são o conhecimento produzido, a língua na qual o conhecimento é produzido e o modo de circulação de tal conhecimento. Daí a relevância em compreender que as políticas linguísticas, as políticas científicas e a produção do conhecimento são enunciadas e, por serem enunciadas em determinadas línguas, inscrevem-se no domínio de pensamento de uma época, sendo afetadas pela memória e pela circulação contraditória dos sentidos.

Assim, conforme Pêcheux (1969a, 1969b, 1975a, 1975b), é possível ler na discursividade, ou seja, na materialidade languageira das teorias científicas, e, acrescento, na formulação das políticas linguísticas e das políticas científicas, a relação entre produção de sentidos, história e memória na produção de efeitos de verdade inscritos nas relações de poder e no imaginário constitutivo de cada período histórico.

---

<sup>4</sup> “Embora o periódico esteja majoritariamente em português e muito pouco citado...” (tradução nossa). Disponível em <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/announcement/view/24> (acesso em 02/09/2021).



Há, portanto, uma impossibilidade de escapar do jogo da linguagem em sua relação com a história. Assim, ler discursivamente as políticas linguísticas, as políticas científicas e os modos de produção/circulação do conhecimento é analisar a construção histórica dos efeitos de evidência (um sentido que se mostra como verdadeiro) e de silenciamento (sentidos outros apagados ou recalcados).

### **3. PARA FINALIZAR...**

A reflexão que trago com este texto, tanto na forma como foi apresentado no I INTERAB (ABRALIN, 2021) quanto no formato que adquiriu como projeto apresentado ao CNPq, é proposta em um momento sensível da produção de conhecimento no Brasil, momento em que saberes relativos ao homem, suas línguas, suas culturas, seus modos de viver em sociedade, estão pouco prestigiadas. Entre 2018 e 2022 as ciências de um modo geral e as ciências humanas e sociais, de modo particular, sofreram ataques políticos obscurantistas e viram os financiamentos públicos serem praticamente zerados. Esta política de ódio dirigida aos pesquisadores e à produção do conhecimento afastou estudantes das universidades e desestimulou muitos jovens a prosseguirem com seus estudos. No entanto, resistimos aos ataques.

Aguardando o novo governo democraticamente eleito, esperamos que a partir de 2023 a agenda de discussões possa não somente abrir mais a reflexão em torno das práticas da ciência aberta em relação às políticas públicas e às políticas linguísticas de divulgação do conhecimento, mas sobretudo reconhecer que as chamadas ciências humanas e sociais, sobretudo os estudos de linguagem, justamente este campo que estuda tudo o que é



relacionado ao sujeito, precisam ser revalorizadas, pois sem elas os avanços tecnológicos e biológicos perdem sua razão de ser.

A partir dos ensinamentos de Pêcheux em 1969 e 1975, a compreensão de que somos sujeitos de linguagem constituídos na historicidade de nosso tempo é fundamental para discutir politicamente as produções teóricas, por um lado, e as práticas da ciência aberta, por outro. Não há produção científica fora da história. Embora algumas teorizações produzam efeitos de verdade, o domínio de pensamento de uma época não é único, uno ou imutável: o que se produz como evidência, ficando na ordem de uma certeza política e teórico-metodológica, é também questionável, discutível e, nessa medida, passível de alterações que podem produzir mudanças em paradigmas estabelecidos e, conseqüentemente, nos conteúdos das disciplinas ministradas em nível superior.

Orlandi (2020) considera que a Análise do discurso, tal como proposta por Pêcheux, faz significar o que fica silenciado no movimento dos sentidos justamente porque coloca em questão as evidências que vão sendo construídas ao longo da história. A Análise do Discurso, no Brasil, tem contribuído para uma intervenção no campo das ciências humanas e sociais, como pretendia Pêcheux e tal contribuição passa pela discussão do próprio modo como se fala sobre ciência no momento em que vivemos. Assim pensando, Orlandi introduz a noção de *socialização*. Em suas palavras:

A socialização é uma forma de relativizar o sentido da produção do conhecimento como mercado e, em um gesto político, trazê-la de volta para a relação do homem com a história, a sociedade e a natureza, na direção de sua transformação. (ORLANDI, 2020, s. p.)





Praticar a Análise do Discurso na produção e circulação do conhecimento funciona na ordem do socializar, ou seja, “não se intermedia as relações só pelas instituições, mas pela produção de condições de acessibilidade, de politização do campo de conhecimento.” (ORLANDI, 2020, s. p.). Como Orlandi nos diz, ao disponibilizar o conhecimento, socializando-o, partilhando-o, o pesquisador politiza o campo da reflexão.

Sem dúvida, no campo da produção do conhecimento, se somos sempre determinados pelo domínio de pensamento de nossa época histórica, e, ao mesmo tempo, dependemos também do lugar institucional em que fazemos nossa formação e/ou trabalhamos, isso não quer dizer que nossa inserção histórica não venha marcada por questionamentos, contradições e resistências.

## REFERÊNCIAS

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARIANI, B. **Colonização linguística e outros escritos**. Nova York: Peter Lang, 2017.

ORLANDI, Eni. Colonização, globalização, tradução e autoria científica. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Produção e circulação do conhecimento**. Volume II (política, ciência, divulgação). Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Entrevista com Eni Orlandi. [Entrevista concedida a] GRIGOLETTO, E.; MARIANI, B. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 247–268, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em: 15 nov. 2022.



PÊCHEUX, M. As ciências humanas e o momento atual. In: ORLANDI, E. (org.). **Análise de discurso**. Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1969a].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990 [1969b].

PÊCHEUX, M.; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1975a].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas: Unicamp, 1988 [1975b].

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.